

Artigos

**Estudos lingüísticos e
literários no Brasil: 500 anos**

UMA POLÍTICA DA LÍNGUA EM SAID ALI (O Culto como Norma e a Recusa do Purismo)¹

Eduardo Guimarães *

RESUMO: *Este texto detém-se sobre um momento importante da constituição do saber sobre Linguagem no Brasil: os estudos da significação em Said Ali. Procura-se, a partir da consideração do seu modo de tratar o sujeito na linguagem e de suas posições sobre a questão do purismo no início do século, compreender a política da Língua presente em seu pensamento.*

PALAVRAS-CHAVE: *História das Idéias Lingüísticas; Semântica; Sujeito.*

Venho me dedicando, como membro do Projeto *Histórias das Idéias Lingüísticas no Brasil*, à história da gramática e à história dos estudos sobre a significação. Tem me interessado especialmente a observação de como os próprios autores que analiso inscrevem seu trabalho na história. Mais especificamente, venho fazendo uma análise enunciativa da própria escritura destes autores. Interessa-me o embate teórico específico em que estão postos na história do pensamento brasileiro.

* UNICAMP - DL-IEL/LABEURB.

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Congresso Internacional "La Gramática: Modelos, Enseñanza, História" em Buenos Aires (agosto de 1999) e uma segunda na reunião interna do GT de Análise de Discurso da ANPOLL em Florianópolis (outubro, 1999).

O processo de gramatização² brasileira do Português, que se deu como um movimento de ruptura com a tradição gramatical Portuguesa³, se aliava na cena política com a construção da Língua Nacional do Brasil, logo após a Independência. Mas esta história é também a história de um litígio entre o Português de Portugal como modelar e o do Brasil como desviante e impuro, errado. A discussão purista tem, incontornavelmente, uma formulação brasileira que toma os modelos portugueses como parâmetro. É significativa, neste caso, a paráfrase *Língua de Camões* para *Língua Portuguesa*, que teve largo uso também no Brasil, e que hoje já funciona, nos casos em que aparece, como uma citação de um dizer de outra época.

A história deste debate, com suas oscilações de direção, mostra o declínio da posição purista ligado ao desenvolvimento dos estudos lingüísticos e da Língua Portuguesa. Vou me ocupar não exatamente deste debate, mas de como ele incide na obra de um autor específico.

Vou refletir aqui sobre como o debate purista se configura na obra de um dos mais importantes lingüistas brasileiros do início do século XX: Said Ali. E falar de um debate em torno do purismo é trazer para o centro da cena o lugar da normatividade na produção de conhecimento sobre a linguagem.

1. Said Ali lingüista e a semântica

Manuel Said Ali nasceu em 21 de outubro de 1861, foi professor de Alemão do prestigioso Colégio Dom Pedro II do Rio de Janeiro, é autor de insubstituíveis descrições do Português, autor de uma *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, de 1931⁴, clássica desde

² Uso o termo no sentido que lhe dá S. Auroux (1992).

³ Sobre isto ver Guimarães (1994) e Orlandi e Guimarães (1998)

⁴ A primeira parte desta gramática foi publicada em 1921 e a segunda em 1927. Posteriormente foram reunidas na Gramática Histórica em 1931.

seu lançamento, além de uma *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, por tantos compulsada e citada⁵. Faleceu em 22 de maio de 1953, aos 92 anos.

Said Ali, como dissemos, é responsável por descrições decisivas para a análise da Língua Portuguesa no Brasil no início deste século. Basta lembrar, entre outras coisas, a) sua descrição das formas verbais em *-ria*, que ele já considerava, na passagem do século, como um futuro do pretérito e não um modo condicional; descrição que se impôs, mais tarde, na tradição gramatical brasileira (seu texto "O Futuro" foi incluído, em 1908, em *Dificuldades da Língua Portuguesa*, outro clássico da lingüística brasileira); b) o fato de ser considerado o autor de uma gramática histórica inovadora para as condições brasileiras e de descrição do Português. c) Para mim há ainda uma razão mais forte, e que não deixa de estar ligada às duas anteriores: Said Ali é um gramático cuja autoria se faz já numa história brasileira da gramática. Nas suas gramáticas, a secundária, a elementar e a histórica, ele já enuncia de uma posição de autoria brasileira formulada pelos gramáticos do fim do século XIX e início do XX.⁶

Se ele já está instalado nessa história que viu ser construída pelo trabalho dos gramáticos do final do século XIX com quem, ainda jovem, conviveu, também como professor do Colégio Pedro II, ele constitui nesta história, ao lado das importantes descrições que fez, um lugar para a distinção entre gramática normativa e descritiva. Na sua *Gramática Secundária* de 1924 diz:

[1]"A Gramática de uma língua pode ser *histórica* ou *descritiva*. Gramática Histórica é aquela que estuda a evolução dos diversos fatos da língua desde a sua origem até a época presente.

⁵ Como se sabe, escreveu ainda a *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*.

⁶ Sobre esta questão da autoria da gramática e da história brasileira da gramática ver Orlandi (1997) e Orlandi e Guimarães (1998). Sobre a história brasileira da gramática ver também Guimarães (1997a, 1997b)

Gramática Descritiva é a que expõe os fatos da língua atual.

A Gramática descritiva é prática quando tem principalmente em vista ensinar a falar e a escrever corretamente; é Científica quando procura esclarecer vários fatos à luz da ciência da linguagem e da gramática histórica.” (p. 15)

Além das definições para cada tipo de gramática, ressalta aqui que a enunciação desta tipologia submete a gramática descritiva científica à ciência da linguagem e à gramática histórica, deixando a gramática descritiva prática fora desta vinculação⁷. O ponto de articulação desta separação teórica entre os dois tipos de gramática descritiva está em que o corte que estabelece o objeto da gramática histórica em oposição ao da descritiva distingue todos os períodos passados de uma língua, de um lado, e a época em que o lingüista está e realiza o seu trabalho, de outro. A enunciação de Said Ali identifica pela determinação “época presente” e “língua atual”, o lingüista com a posição de um sujeito que enuncia em uma certa língua. E é enquanto esta identificação funciona que se tem o objeto de uma gramática descritiva. Por outro lado, produzida a separação, a gramática descritiva científica aparece como uma descrição da língua no momento de sua atualidade com o lingüista, no último momento de uma história.

Embora Said Ali enuncie a distinção entre dois tipos de gramáticas descritivas, uma prática (normativa) e outra científica, este lugar da gramática descritiva científica, que instala na história brasileira, não é preenchido por ele. Podemos dizer que este lugar fica posto desde este momento e será pela primeira vez preenchido por *Estrutura da Língua Portuguesa* de Mattoso Câmara em 1970. Diria que esta distinção de tipos de gramática e a formulação de um lugar para a gramática descritiva científica é sua marca enunciativa numa histó-

⁷ Sobre a normatividade nos estudos da linguagem, tanto em geral, quanto relativamente ao comparativismo, ver Auroux (1998), notadamente a parte “La Linguistique est une science normative” (p. 221-289).

ria brasileira. E no sentido de que estar na história é instalar uma temporalidade de sentidos. No caso presente ele instala a temporalidade na qual passa a significar uma gramática descritiva não-normativa, mesmo que ele não a tenha produzido.

Na medida em que enuncia o lugar da gramática descritiva científica, sem realizá-lo, constitui, no seu trabalho, de algum modo, uma oposição mais entre o normativo e o histórico do que entre o histórico e o descritivo.

E isto é tanto mais importante se fazemos atenção ao debate, muito significativo no início do século, sobre o purismo no interior de sua obra. Qual o lugar da normatividade sobre a língua e da descrição da língua?

Para abordar de perto estas questões vou preferir tomar como centro de minha reflexão sua obra sobre semântica, *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, publicada em 1930, tendo recebido em 1927 o prêmio Francisco Alves da Academia Brasileira de Letras.

A questão da significação e a constituição da semântica se coloca no Brasil na mesma época em que a gramatização brasileira do Português se põe em curso pela mão destes mesmos gramáticos. O destaque neste caso cabe a Pacheco Silva Jr. que já na sua *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa*, de 1879, trata da mudança de sentido das palavras e que na segunda edição de sua *Grammatica da Língua Portuguesa* (em co-autoria com Lameira de Andrade), em 1894, inclui nela uma seção de semântica. Além disso é sua a primeira obra de semântica no Brasil. Seu *Noções de Semântica* é publicado em 1903, logo depois de sua morte.

E se trago aqui Pacheco Silva, é porque o estudo da significação em Said Ali se faz, em certos aspectos, no âmbito do comparativismo, tal como em Pacheco Silva. Seria interessante aqui lembrar, dado o interesse que isso terá a seguir, o que nos diz Pacheco ao final da Introdução de *Noções de Semântica*: "A semântica é da maior impor-

tância para o estudo da evolução linguística: a grammatica, codificação das leis promulgadas pelo povo, consiste em grande parte em phenomenos semanticos" (Silva Jr., 1903).

2. O semântico e o psicológico em Said Ali

Meios de Expressão e Alterações Semânticas de Said Ali tem três partes. A primeira é um estudo sobre a significação que analisa o funcionamento de expressões que para ele exprimem o sentimento, as intenções específicas de quem fala e expressões que ele chama de expressões de situação. Nas duas outras partes, o autor descreve mudanças de sentido (alterações semânticas), de palavras do português, e empréstimos, que ele chama de "Aquisições Novas-Estrangeirismos". A semântica era para ele, então, o estudo das mudanças de sentido das palavras, era uma semântica lexical. O domínio da significação é para ele dividido em dois campos: um que estuda os meios de expressão, os aspectos psicológicos do uso da língua, e outro que estuda seus aspectos semânticos, as mudanças de sentido das palavras.

Esta divisão da obra em estudo aqui não está sustentada em nenhum aparato teórico específico. O livro é dado como uno exatamente pela falta de um aparato teórico. Ou seja, a língua é que se dá como lugar de unidade da descrição. A unidade do livro é que ele é um conjunto de descrições sobre a Língua Portuguesa. E um conjunto de descrições que sustentam, por exemplo, que a descrição de uma língua não pode ser reduzida a seus aspectos lógicos e gramaticais. Aspecto que aparece formulado no Prólogo da obra, como veremos melhor mais adiante.

Neste Prólogo Said Ali formula, por uma operação narrativa, tanto a questão da norma, quanto a do sentido na relação com a gramática. Começamos pela questão da norma. Diz-nos ele:

[2] "O linguista de hoje investiga os fatos sem preocupar-se com a questão do que é ou deixa de ser correto. Em geral pro-

curo seguir o mesmo rumo; mas as dúvidas dêsse gênero podem prender-se a questões de ordem mais elevada e aí encontrar solução. Outras vezes, a documentação geralmente respeitada em que fundo os estudos dará a solução incidentalmente” (p. II)

Este *hoje* relaciona-se, para opor-se, ao lingüista do passado que aparece articulado à questão do sentido e da gramática em [3] “Acima do modo, antigo e exclusivista, de ver as cousas, está a indagação histórica. E a investigação da evolução dos fenômenos não se há de limitar às mudanças de fonemas e formas gramaticais, mas estender-se às expressões que com o tempo se foram trocando por outras. Entra-se no domínio da psicologia e da semântica.” (Ali, 1927)

Aqui o *antigo* data o passado do qual o *hoje* do presente do autor se distancia. Um hoje no qual o que interessa não é a correção ou não da expressão. Os trabalhos que se ocupam destes aspectos são assim postos no passado, mesmo que feitos naquele momento.

Se o passado é o *antigo*, é ele também que se ocupava “com a questão do que é ou deixa de ser correto”. O antigo se caracteriza por uma visão limitada das questões de linguagem (nos termos de Said Ali, uma visão normativa). Romper esta limitação é incluir no campo das preocupações lingüísticas o psicológico e o semântico. Nesta medida, a consideração do sentido opera contra a redução da linguagem ao lógico e gramatical e em oposição ao normativo e ao purismo.

3. Um sujeito psicológico para a linguagem

A formulação do lugar do sujeito em *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* se faz, desde o primeiro enunciado do Prólogo, em

[4] “O homem normal exprime o que pensa e o que sente por meio da palavra, acompanhada ou desacompanhada de mímica e de gestos” (Ali, 1927: IX)

A palavra é aqui, numa linha de filiação por todos conhecida, instrumento da expressão do pensamento e do sentimento (o psicológico).

Ao formular as funções da linguagem, não como definição de linguagem, mas como ações do homem normal, fica posto que o sujeito da linguagem é o homem normal, enquanto ser que pensa e sente e que exprime o que pensa e o que sente. Assim o campo da significação aparece como o que é expresso pelo homem normal. E homem normal é parafraseado pelo próprio Said Ali como Indivíduo, como se pode ver na seqüência

[5] “Nos casos apontados, a causa perturbadora da boa estrutura oracional é a precipitação no falar: reside no próprio indivíduo que expõe suas idéias (idem: 23).

A divisão que faz Said Ali no campo da significação entre o psicológico e o semântico apresenta-se desde o título do livro (*Meios de Expressão e Alterações Semânticas*), passa pela divisão de suas partes e produz uma descrição tal que a questão semântica parece não se articular com a psicológica (para a qual poderíamos usar aqui a denominação de pragmática).

A entrada da significação coloca para a linguagem um sujeito psicológico (o indivíduo, homem normal) que faz com que o sentimento de quem fala seja significado no que diz, quando fala.

Se no *hoje* de Said Ali configura-se este sujeito da linguagem, a sua formulação opera sobre ele uma outra caracterização não menos importante do ponto de vista teórico. Nas seqüências [6] e [7] lemos:

[6] “uma cousa é dirigirmo-nos à coletividade, a pessoas desconhecidas de condições diversas, e que nos ouvem caladas; outra cousa é tratar como alguém de perto, falar e ouvir, e ajeitar a cada momento a linguagem em atenção a essa pessoa que está diante de nós, para que fique sempre bem impressionada com as *nossas* palavras” (idem: 30)

[7] (a) “todos estes recursos de linguagem nos acodem (...) (b) chamemos-lhes expressões de situação (...) (c) “porém nem *este* (*ouvinte*) nem o *orador* os analisam” (idem: 30).

Ao enunciar-se no *nós* de [6] e [7a] o autor se significa como falante; ao enunciar-se no *nós* de [7b] o autor significa o falante como lingüista. Ao mesmo tempo o autor enuncia da lugar do lingüista, sem as sobreposições acima quando se distancia das categorias de falante e ouvinte em [7c]. Assim a escrituração enunciativa de *Meios de Expressão* não só constitui um sujeito psicológico da linguagem, mas identifica este sujeito com o lugar do lingüista, que a par de constituir um distanciamento para descrever deve procurar descrever as próprias representações do falante que também é. Cabe ao lingüista, sujeito de conhecimento, reproduzir no plano da análise as próprias operações do individuo falante. Operação que se realiza no esforço de uma descrição da língua no espaço formulado como científico, como não-normativo.

4. Um sujeito social para a língua

Antes de tomar em consideração, de modo mais específico, como Saíd Ali caracteriza o semântico, tomemos o que ele diz no prólogo de sua “Lexeologia do Português Histórico” em 1921, posteriormente incorporada à sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1931):

[8] “Não dissocio do homem pensante e da sua psicologia as alterações porque passou a linguagem em tantos séculos. É a psicologia elementar essencial e indispensável à investigação de pontos obscuros. As mesmas leis fonéticas seriam inexistentes sem os processos da memória e da analogia. Até o esquecimento, a memória negativa, é fator, e dos mais importantes, na evolução e progresso de qualquer idioma.

Adotado semelhante método de pesquisa, adquiriu o livro certo aspecto de lexeologia semântica, ou, se preferirem, de semântica le-

xeológica, destoando assim de vetusto sistema de classificação.” (Ali, 1931: 7)

Se aí ele formula também o lugar de um sujeito psicológico para a linguagem, ainda no interior de sua tese de que não se pode reduzir a linguagem ao lógico e gramatical diz que o elemento psicológico é indispensável para a compreensão das mudanças lingüísticas, inclusive as gramaticais. E é só a consideração do psicológico que permite, através de uma “lexeologia semântica”, tratar das palavras destoando de “vetusto sistema de classificação”. Ou seja, o psicológico, tal como disse no prólogo de *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, faz parte de sua narrativa pela qual seu trabalho opõe-se ao *antigo*, ao *vetusto*. Ao lado disso o “homem normal”, o “indivíduo” é aqui significado como o “homem pensante”.

Esta mesma caracterização lexicológica de sua semântica vai aparecer na segunda e terceira partes da obra objeto de nossa atenção. A semântica é caracterizada como ocupando-se da mudança de sentido das palavras.

Na parte sobre Alterações Semânticas, Said Ali procura descrever as mudanças de sentido de um conjunto de palavras, tomadas uma a uma, como sendo um processo da língua fora do sujeito. Desde a seção inicial desta parte nos diz:

[9] “Nas seguintes páginas exponho as alterações semânticas por que passaram várias expressões da língua portuguesa, mostro as épocas em que as acepções diferiram das atuais e explico, sempre que posso, as causas das mudanças” (Ali, 1927: 55)

[10] “Há extensão ou alargamento quando um termo de sentido especial passa a ter sentido geral” (idem, *ibidem*)

[11] “Quando um termo se usa com várias acepções diz-se que há *polissemia*” (idem: 57)

Estas seqüências formulam o funcionamento da língua na relação consigo mesma.



No entanto, nos diz também:

[12] “Mudanças definitivas de sentido podem ser determinadas pela metonímia, pela analogia, pelo eufemismo, pela degradação” (idem: 56)

Onde faz entrar a analogia como causa de mudança, que ele mesmo afirmou, ao falar do elemento psicológico, na seqüência [8], ser indispensável no estudo da mudança: que “as mesmas leis fonéticas seriam inexistentes sem os processos da memória e da analogia”.

Assim, se o semântico é enunciado como um processo sem sujeito, este se repõe como psicológico através da analogia e assim da memória.

Mas há uma outra formulação, nem tanto lateral, que também inclui nesta parte a questão do sujeito. Ao iniciar a descrição das mudanças semânticas da primeira palavra que considera (“anatomia”) diz:

[13] “Do termo científico *anatomia* cedo se apoderou o vulgo para lhe atribuir sentido depreciativo. Usava-o de preferência no plural” (idem: 58).

A escrituração enunciativa da seqüência opõe “termo científico” a “vulgo”, o que faz aparecer “científico” como oposto a “vulgar” e “cientista” como oposto a “vulgo”. Por esta via formula-se uma distinção de tipos de sujeito: “os cientistas” e “o vulgo”, e isto faz entrar em cena toda uma tipologia de lugares sociais do sujeito, na qual está “pessoas educadas”, etc. A este propósito é significativa uma paráfrase que faz de [20]:

[14] “Por influência da ciência médica todo o mundo hoje diz *pulmão*, *pulmões* e até *pneumonia* (quase sempre dupla)” (idem: 60)

Aqui não fica formulada a significação do vulgar, o que reitera a exclusão do vulgo da classe das pessoas educadas.

É interessante ver que a entrada deste sujeito social põe de pronto a questão da correção e da normatividade no uso da língua,

por um viés em que Said Ali aparece na posição de quem a considera. Normatividade que fica remetida a estas distinções sociais estratificadas. Num texto em que Said Ali procura falar de uma língua sem sujeito irrompe este sujeito social estratificado. Irrupção que, por outro lado, se dá no campo do debate sobre o purismo.

A obra de Said Ali oscila, neste particular, entre pensar a divisão social na língua ou dos sujeitos. Esta oscilação ganha um contorno específico em uma outra passagem, quando analisa a palavra *fazenda*:

[15] “Em se tratando de bens de qualquer indivíduo, *fazenda* hoje em dia já não se presta a designar o conjunto. Adquiriu um sentido novo, o de propriedade rural extensa, mormente (aqui no Brasil) sendo aproveitada para o cultivo do café. No Sul, dizem fazenda de gado” (idem: 77)

O “(aqui no Brasil)”, posto como uma informação lateral na descrição (entre parênteses), coloca uma outra divisão, agora política. E o *aqui* da formulação do autor o inclui no Brasil e assim novamente marca-se uma oscilação entre uma divisão na língua ou dos sujeitos, que ao mesmo tempo indistingue o lingüista e o cidadão (membro do povo; ou das pessoas educadas?).

Se avançamos para a terceira parte do livro, sobre Aquisições Novas – Estrangeirismos, vamos reencontrar o debate sobre o purismo e uma formulação mais direta de um sujeito social.

[16] “A atitude hostil, e não raro exagerada, contra os vocábulos que chegam por via francesa, deve-se à reação purista de alguns escritores de fins do século XVIII e principios do século XIX, impressionados com o gosto que se vinha tomando pelo falar do civilizado povo d’além-Pirineus. Termos franceses sem necessidade alguma se iam já substituindo a expressões usadas desde tempos imemoriais” (idem: 82)

Aqui Said Ali formula a atitude purista, contrapondo-se a ela pela determinação de “e não raro exagerada” e reencontra a posição

do Prólogo. Ao mesmo tempo, nomeia o sujeito envolvido neste debate purista: *o povo*. E ao nomear este sujeito, a questão do purismo localiza uma distinção entre Línguas também no plano político: língua da França (“termos franceses”), Língua de Portugal, Língua do Brasil (“aqui no Brasil”).

Neste ponto volto a “O Purismo e o Progresso da Língua Portuguesa”, de 1914, em que Said Ali trata expressamente da questão do purismo.

Nos quatro primeiros parágrafos do texto o autor afirma a superioridade da escrita que leva a uma

[17] “...esfera superior mais pura. As mesmas vulgaridades da vida não lhe parecem dignas de serem descritas senão em linguagem acima da vulgar.” (Ali, 1914: 163).

Em seguida toma a linguagem escrita como modelar:

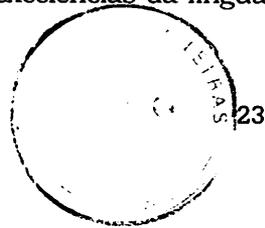
[18] Deve ter sido um deus o que inventou a divina arte de escrever. Os gênios por ele inspirados fundam e criam a linguagem literária, o falar culto, aquele que serve de modelo à posteridade, modificado com o progredir dos tempos, com o desenvolvimento intelectual e material de uma nação, mas a mesma linguagem na essência.” (idem, *ibidem*)

Ao colocar o caráter modelar, portanto normativo da linguagem escrita, afirma sua relação com a Nação e seu desenvolvimento. E a operação enunciativa de estabelecer o escrito como modelar é determinado por “falar culto”. Em seguida diz:

[19] “Vive e prospera essa linguagem enquanto houver povo que a fale; cessa de medrar e torna-se estacionária, ou pelo extermínio do povo, ou quando este aceita, com a dominação estrangeira, novo idioma e repudia o nativo.” (idem, *ibidem*)

Que é seguido por

[20] Exalçam-se em prosa e em verso as excelências da língua nacional” (idem, *ibidem*).



Aqui também se formula qual o sujeito da língua de uma nação: o povo. Se o povo fala uma língua (idioma) ela se mantém, se não fala ela desaparece. E o povo é especificamente o sujeito da língua (idioma) nacional. E o povo enquanto sujeito da língua nacional é só a parte do povo que o “falar culto” extrai da totalidade do mesmo povo. Assim a divisão social, ao se sobrepor à divisão política, produz uma divisão do sujeito-povo tal que enunciam em língua nacional aqueles caracterizados pelo “falar culto”.

Neste contexto Said Ali se opunha expressamente ao purismo:

[21] “Com a expansão natural do vocabulário, consequência inevitável do progresso intelectual e material e do contato com outras nações, mal se concilia a doutrina que defende a pureza da linguagem.” (idem: 169)

Assim se seu estudo de mudanças semânticas e de aquisições novas (ou seja, de sua semântica lexical) opera relativamente a um sujeito psicológico da linguagem, opera por outra parte relativamente a um sujeito social que ora se divide em torno de uma divisão política das nações em que o sujeito é o povo, ora se divide em torno de uma divisão social entre o formal e o vulgar, o científico e geral, etc.

Conclusão

Se o estudo da significação em Said Ali guarda, no que ele chama de semântica, um quadro comparatista, e nele um sujeito povo de uma língua nacional, seu estudo dos aspectos psicológicos amplia o espaço do indivíduo que fala enquanto sujeito da linguagem.

Se voltamos ao gramático Said Ali diremos que sua gramática secundária, que é uma gramática normativa, prática nos seus termos, é uma gramática da Língua Nacional, para a formação intelectual e identificação do povo brasileiro. Ao lado disso sua *Gramática*

Histórica é mais uma descrição da história da língua portuguesa, considerando que uma língua muda porque não há linguagem sem sujeito.

Parece não ter solução teórica o deslize pelo qual o político, ao ser qualificado por uma divisão social estratificada e hierarquizada, instala não só uma divisão mas uma interdição a enunciar: os indivíduos (homens normais), sujeitos pensantes da linguagem, estão impedidos de enunciar em uma língua nacional, não podem ser sujeito de uma língua (nacional), se não têm um “falar culto”. A projeção do lingüista sobre o falante acaba operando uma aliança com esta projeção redutora. Assim, a divisão do sujeito da língua nacional, operando na oscilação constante entre configurar a divisão na língua ou dos sujeitos, identifica-se com uma divisão da língua. Língua Nacional é a Língua do povo enquanto determinado por seu “falar culto”, cujo modelo é a escrita. Movimento pelo qual a Língua Nacional se define internamente à nação e não mais na relação com as demais nações e povos.

É interessante ver como a divisão conceitual, no tratamento do sentido, entre o psicológico e o semântico é produto da divisão do sujeito da linguagem (o indivíduo), ou da língua-idioma (o povo).

Feito este percurso, poderia parecer incongruente, tanto a oscilação entre o culto e o vulgar, quanto a condenação do purismo e a afirmação da normatividade da língua nacional.

Se retornamos sobre o que afirmamos quanto à sua tipologia de gramáticas, podemos ver que, em verdade, tudo se organiza. A condenação do purismo (retorno à língua original) vai de par com a afirmação do caráter científico (não normativo) da gramática histórica. A afirmação de um estudo normativo vai de par com o estudo da língua nacional enquanto “atual”, ou seja, tal como ela se configura na escrita no tempo em que se está, e que sobre ela se produz um conhecimento.

E aqui uma outra divisão toma o seu lugar próprio: o povo, o sujeito social, é o sujeito da língua nacional, mas enquanto determi-

nado pelo “falar culto”. Fica formulada uma política da unidade linguística, mesmo que as línguas, enquanto linguagem, sejam necessariamente históricas. A normatividade não é, para ele, da língua enquanto linguagem, mas da língua nacional: da linguagem enquanto língua politicamente apropriada. Língua nacional que opera uma expropriação da língua do povo formulado como sujeito de sua própria língua.

RÉSUMÉ: *Ce texte étudie un moment important de la constitution du savoir sur le langage au Brésil: les études de signification dans l'oeuvre de Saïd Ali. On cherche, à partir de la considération de sa manière de traiter le sujet du langage et ses positions sur la question du purisme au commencement du siècle, à comprendre la politique de la langue présente dans sa pensée.*

MOTS-CLÉ: *Histoires des idées linguistiques; sémantique; sujet.*

Bibliografia

- ALI, M. S. (1908) *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966.
- _____. (1924) *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- _____. (1927) *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.
- _____. (1931) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- AUROUX, S. (1992) *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1998) *La Raison, le langage et les normes*. Paris: PUF.
- GUIMARÃES, E. (1994) *Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. A Gramatização Brasileira. Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.

- GUIMARÃES, E. (1997a) As Partes do Discurso na Gramática no Brasil. Um Consenso Normativo. Congresso Nacional da ABRALIN, Maceió.
- _____. (1997b) Uma Poética da Adição. Congresso sobre Políticas Lingüísticas na América Latina. Buenos Aires.
- ORLANDI, E. P. (1997) O Estado, a Gramática, a Autoria. *Relatos*, 4. Campinas. HIL.
- _____. e GUIMARÃES, E. (1998) La formation d'un espace de production linguistique. La grammaire au Brésil. *Langages*, 130. Paris: Larousse
- SILVA Jr., M. P. (1879) *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- _____. e ANDRADE, L. (1887) *Grammatica da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1907.